

**ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE RENDA DOS TROPEIROS
CONTEMPORÂNEOS NA SERRA DA MANTIQUEIRA: UM ESTUDO SOBRE
DESENVOLVIMENTO E CULTURA**

Maria Eloiza Lopes Pinto; Mestranda; Universidade Federal de Itajubá;
elolopes91@gmail.com

Sabrina Morais Ferreira; Mestranda; Universidade Federal de Itajubá;
ferreiramsabrina@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta; Docente; Universidade Federal de Itajubá
carlospimenta@unifei.edu.br

Resumo: Propõe-se um estudo sobre a prática tropeira contemporânea na Serra da Mantiqueira dentro do campo de conhecimento denominado Desenvolvimento e Cultura. Para isso, partiu-se da perspectiva dos processos de geração de renda que envolvem a prática tropeira na região e seus impactos sobre o desenvolvimento de base local. Pretendeu-se compreender de que maneira a prática tropeira, associada aos processos de geração de renda, trabalho e aos modos de ser, viver e fazer, pode contribuir para o desenvolvimento de base local nos bairros rurais Fragária e Serra Negra, em Itamonte, (MG). O tropeirismo é um sistema de comércio e transporte tradicional no Brasil desde a exploração aurífera, e que atingiu seu auge no ciclo do café. Com o advento da urbanização, se expandiram as ferrovias e as estradas de rodagem o que acarretou no declínio da prática tropeira. Apesar disso, a atividade tropeira ainda resiste em localidades afastadas dos centros urbanos. O presente trabalho foi justificado pela necessidade de compreender as novas dimensões do mundo do trabalho e necessidade de compreensão de suas dimensões simbólicas. A metodologia dividiu-se em discussão bibliográfica e com entrevista realizada com tropeiros e descendentes de tropeiros.

Palavras-chave: Geração de renda, desenvolvimento local e tropeirismo.

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir sobre o tema do tropeirismo contemporâneo dentro do campo de conhecimento denominado Desenvolvimento e Cultura, levando em consideração as práticas de trabalho, geração de renda e os modos de vida de grupos existentes na região da Serra da Mantiqueira, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa “Desenvolvimento e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá. O trabalho está vinculado aos trabalhos

realizados pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), por meio do projeto “Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul do Estado de Minas Gerais”, financiado pela FAPEMIG desde 2016.

A partir das discussões desenvolvidas no NEID, bem como as contribuições teóricas de colegas e docentes do PPG DTecS, este trabalho tem o intuito de abordar sobre as novas perspectivas sobre desenvolvimento a partir dois bairros rurais chamados Fragária e Serra Negra, localizados na cidade de Itamonte, Minas Gerais (MG). Objetivou-se compreender de que forma as práticas de trabalho e geração de renda dos tropeiros contribuem para o desenvolvimento local, bem como apreender as dimensões simbólicas das trocas econômicas promovidas pelos tropeiros.

A pesquisa foi justificada pela necessidade de compreender as novas dimensões do mundo do trabalho. O mercado global, que se organiza de forma cada vez mais centralizada, excluiu diversos grupos, bem como suas formas de trabalho e de trocas econômicas. Dessa forma, motivou-se aqui a discussão sobre o desenvolvimento regional e a inserção de grupos sociais excluídos do processo produtivo hegemônico globalizado e dos grandes centros comerciais. Levou-se em consideração as dimensões simbólicas e culturais que envolvem o trabalho e vida, bem como as estratégias de geração de renda desses grupos.

O problema deste trabalho conduziu para um estudo de práticas de geração de renda dos tropeiros da Serra da Mantiqueira e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento local e dos sujeitos inseridos na prática. Diante do problema proposto, esta pesquisa foi orientada pela seguinte pergunta: de que forma as práticas de trabalho e geração de renda dos tropeiros contemporâneos propõe do desenvolvimento local?

Para dar conta de responder tal questionamento, a pesquisa lançou mão de uma abordagem interdisciplinar. Inicialmente a construção deste trabalho perpassou pelas revisões teórico-bibliográficas que tratavam de temas relacionados ao tropeirismo, trabalho, economia da cultura e desenvolvimento. Paralelamente levantou-se uma revisão bibliográfica sobre a área de estudo, seus aspectos históricos, territoriais, econômicos, culturais e sociais. Após estas etapas, foi realizada uma análise dos relatos obtidos por meio de entrevistas dialogais, que permitiram a construção de um debate interdisciplinar com a História, Sociologia, Antropologia e Economia.

O artigo está dividido em 3 partes. A primeira parte se propõe a dialogar sobre o termos desenvolvimento e cultura, que sustentam o argumento teórico do trabalho. A segunda parte se propõe a fazer uma breve caracterização do território estudado e apontar as características do tropeirismo contemporâneo da região. A terceira parte destina-se a fazer uma análise das práticas tropeiras contemporâneas e suas estratégias de reprodução socioprodutiva, perpassando pelas suas dimensões simbólicas.

Desenvolvimento e Cultura

A presente pesquisa está envolvida nas investigações sobre as estratégias de geração de renda e os modos de vida de um grupo de tropeiros contemporâneos, cuja finalidade é construir uma investigação acerca das dimensões culturais e simbólicas, e as práticas econômicas de grupos excluídos para a promoção do desenvolvimento de base local.

Cabe ressaltar que o que se discute aqui são estratégias de superação das desigualdades, mas que estas abordagens ultrapassem as perspectivas unicamente economicistas. Apensar de serem importantes no debate da geração de renda, o viés puramente mercadológico não é suficiente para compreensão dos problemas. A superação das desigualdades e a democratização do acesso às oportunidades perpassam pelas dinâmicas sociais, ambientais, políticas e culturais.

Incorpora-se as disputas por disposições de desenvolvimento pautadas pela responsabilidade social, criação de postos de trabalho, geração de renda, valorização do saberes populares e sustentabilidade. A inserção de setores populares à dinâmica de produção e comercialização de bens de consumo pode ser uma saída para tornar as diferenças menos desiguais. As disputas inscritas no sistema de acumulação capitalista e estimuladas pelas condições tecnológicas e informacionais da sociedade contemporânea, norteiam o poder público a perpetuar a hegemonia do modo de produção capitalista e a acatar as tendências de desenvolvimento da sociedade por meio de políticas públicas de geração de renda (PIMENTA; MELLO, 2014).

A crítica perpassa pela análise de Celso Furtado (1974), acerca das origens do subdesenvolvimento e dos perigos que o desenvolvimento, de cunho economicista e

mercadológico, traz para dinâmica social, cultural e ambiental¹. Ao observar o quadro estrutural do modo de produção capitalista internacional, percebe-se que a acumulação de capital aumenta a desigualdade entre os países de “centro” – responsáveis pela implantação do sistema de divisão internacional de trabalho - e os países “periféricos”. O desenvolvimento econômico – no sentido similar às economias do “centro” do sistema capitalista – é irrealizável se for generalizado, pois levaria a um colapso de ordem física e ambiental. Essa ideia tem sido de grande utilidade para dominação dos povos dos países periféricos, para legitimar a destruição de culturas tradicionais e a destruição da biosfera (FURTADO, 1974).

Compreende-se que a construção da ideia de desenvolvimento se pautou da lógica do “progresso”, da “evolução”, dos modelos econômicos competitivos e do mundo industrial e urbano. As consequências diretas do desenvolvimento economicista e centralizado, limitado pela equação capital versus trabalho, teve resultados drásticos, como desigualdades, exclusão e desemprego (PIMENTA, 2014).

A noção de desenvolvimento está pautada nesta pesquisa por questões sociais, culturais, humanas e ambientais, que superem as contradições promovidas pelo modo de produção capitalista, a mesma sugere a criação de novas metodologias analíticas e pesquisas que avaliem o desenvolvimento pautado pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e sua integração na sociedade.

O pressuposto da discussão é o entendimento do tema “desenvolvimento” no plural: desenvolvimentos; em amplitude, para além do econômico. Contudo, não se deslocam os processos políticos dos econômicos, de Estado, de mercado, do social, da sobrevivência da espécie humana, enquanto políticas de organização societária (PIMENTA, 2014, p.46).

A proposta de pensar o desenvolvimento através das perspectivas de cunho social, cultural e ambiental ganham relevância, diante do contexto de abertura econômica e novas dinâmicas de produção. Essas novas estruturações exigem mudanças, demandas, e soluções complexas, dificilmente compreendidas por meio de uma só ótica. Para Pimenta (2014) a articulação das pessoas e de grupos sociais é fundamental para construção de novas categorias de desenvolvimento, equidade e sustentabilidade.

¹ De acordo com essa perspectiva, “o parâmetro para medir o subdesenvolvimento é o grau de acumulação de capitais aplicados aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais” (FURTADO, 1974, p.14).

Segundo o autor, o papel das instituições é fundamental pois não há como desvincular o papel do Estado na construção do desenvolvimento (PIMENTA, 2014)

Os estudos de Arrighi (1998) contribuem para a construção desta análise, no que tange a compreensão da posição dos Estados na composição do sistema mundial capitalista. O autor parte da existência de um “núcleo orgânico” hegemônico político e economicamente, de uma “semiperiferia” que se industrializa e se desenvolve de forma menos acentuada, e de uma “periferia” que necessita existir para drenar as riquezas para acumulação do “núcleo orgânico”. Para o autor, a característica fundamental da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos. (ARRIGHI, 1998). Nesse sentido, os autores conduzem para ideia de que o desenvolvimento visando o lucro a qualquer preço é uma ilusão, visto que nem todos os países conseguem transpor as distâncias entre as riquezas.

Arrighi (1997) e Furtado (1974) tratam ainda das contradições na perspectiva economicista sobre o desenvolvimento. Para estes autores, o desenvolvimento é um mito, visto que é parece ser impossível que todos os países que compõem a dinâmica do modo de produção capitalista possam alcançar de forma uniforme e universal as vantagens deste desenvolvimento econômico, construído pelo modo de produção industrial e tecnológico, como foi visto anteriormente (FURTADO, 1974; ARRIGHI, 1997). Portanto, segundo estes autores, esse desenvolvimento torna-se inalcançável e utópico.

A inserção de grupos excluídos do processo produtivo global na dinâmica sócio produtiva torna-se urgente para superação das desigualdades. A abordagem sobre as dimensões simbólicas e culturais do campo do trabalho e vida, bem como as estratégias de geração de renda dos tropeiros contemporâneos é explicada pela capacidade de promover desenvolvimento de base local onde essas práticas são realizadas.

Nesta perspectiva, Barros (2008) contribui ao afirmar que o conceito de desenvolvimento deve estar atrelado às perspectivas culturais, bem como a diversidade de suas expressões. Segundo o autor a correlação entre desenvolvimento e cultura possibilita o crescimento autossustentado pois é capaz de evidenciar potencialidades e possibilidades para os indivíduos de determinada localidade. O sentido de desenvolvimento humano pode ser evidenciado quando abordado pelo viés das trocas

simbólicas e o valorização da diversidade cultural, das trocas multiculturais e suas problematizações (BARROS, 2008).

Tropeirismo Contemporâneo e Caracterização do Território

Desde os primeiros séculos do descobrimento do Brasil a Serra da Mantiqueira passa a ter suas primeiras entradas, oriundas do Rio de Janeiro, em busca de riquezas minerais. No entanto, nenhuma dessas incursões promoveu o povoamento do território. Ainda em meados do século XVIII, no auge da mineração, toda bacia serrana do Rio Paraíba na zona mineira e na fluminense estava mergulhada na densa floresta. A mata estava habitada por índios Coroados, Puris e de outras tribos que dificultavam a penetração do homem branco (LAMEGO, 1950).

Percorrer os caminhos da Serra da Mantiqueira era um esforço para poucos. Tropeiros e vaqueiros desciam e subiam suas rotas transportando gado e gêneros diversos (RODRIGUES, 2003, p.5). A Serra só pode ser conquistada pela uniformização da mentalidade coletiva dos seus povoadores, inevitavelmente afetada pela monocultura do café (LAMEGO, 1950, p. 25).

Segundo Flores (1998), o tropeirismo é um fenômeno que ocorre em diversas partes do mundo, que aparece na época em que a principal maneira de enfrentar as distâncias, era através da tração dos animais. O sertão do Brasil, formado por planalto e vales, só podia ser percorrido pelas tropas de mulas, que inicialmente seguiam as antigas trilhas dos índios. A descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, proporcionou novas atividades econômicas ao sistema colonial português. Os terrenos acidentados das regiões mineiras dificultaram o uso do carro de bois e carroça, restava, portanto, apenas o uso dos muare como cargueiros (FLORES, 1998).

O tropeirismo no Brasil assumiu variadas formas ao longo da história. No século XVII, a figura do tropeiro surgiu como elemento vital para a manutenção da economia colonial e, posteriormente, na economia do império. No século XVIII, a atividade tropeira foi indispensável para o ciclo do ouro e decisiva para consolidação da produção cafeeira. Assim como os Bandeirantes, os tropeiros desbravaram sertões e abriram estradas (FRANCO, 1997).

Inicialmente, eram considerados como tropeiros, os homens que comercializam animais equinos, atividade bem-sucedida e lucrativa que lhes deu reconhecidos social e político. “[...] o tropeiro foi um dos tipos humanos para o qual mais se abriram possibilidades de integração ao outro lado da sociedade. Especialmente o comércio de burros constituiu um importante canal de ascensão socioeconômica” (FRANCO, 1997, p. 72).

Depois do declínio da economia mineradora, a cultura do café exigiu o transporte das sacas por mulas, aumentando a procura desses animais. A entrada do café pela serra da Mantiqueira, já no século XIX, fez crescer o movimento das tropas nessa região, transportando café para capital, ou para o rio Paraíba e, logo depois às estações de ferrovias (ALMEIDA, 1981, p. 86). Quando as primeiras estradas de ferro vieram a ser construídas o tropeirismo atingia seu apogeu.

O período do café foi, então, essencial para a dominação da terra pelo homem que começou a derrubar a floresta intacta e a adiantar-se pelos caminhos serranos. Com a economia do café, nascem diversos núcleos agrários, novas estradas, vendas e pousos, capelas e paróquias. Enquanto isso, as fileiras de tropa pelos caminhos, vão articulando pontes sobre os rios, estreitando distâncias, impulsionando o comércio e multiplicando a comunicação.

Como observa Maria Sylvia Franco (1997) a precariedade da conservação das estradas brasileiras tornaram as mulas o único meio possível de trânsito. Segundo a autora, a atividade tropeira, no século XIX, pode ser compreendida entre dois fatores: a precariedade da base tecnológica em contraste com seu indispensável empreendimento mercantil (FRANCO, 1997).

O desenvolvimento das estradas colaborou para o declínio da atividade tropeira mas não determinou o seu fim. O tropeirismo passou por diversas transformações ao longo dos ciclos econômicos brasileiros, como apontado anteriormente, e se adaptou à estas transformações. As alterações técnicas, contingenciais, o saber-fazer se modificaram ao longo da história do tropeirismo e foram fundamentais para sobrevivência destes e de outros grupos sociais.

A ampliação das rodovias apresentou condições importantes para o declínio do tropeirismo no Brasil e na região sul mineira da Serra da Mantiqueira. O relato de Maria

Guimarães², 77 anos, descendente de tropeiros nos esclarece isso. Ao narrar a atividade tropeira desenvolvida por seu pai, Ângelo Thomaz, em Mirantão, distrito de Bocaina de Minas (MG):

Meu pai já tinha comprado a caminhonete, já tinha aberto estrada pra lá, aí já mudou, né? Ele vendia em Barra Mansa, Volta Redonda, mas daí quando ele já tinha a caminhonete, já tinha a estrada de rodagem que facilitou muito a vida. Aí o burro aposentou né?”.

Entretanto, a expansão das rodovias e ferrovias não consistiu com a ruptura total do transporte de tropas, pois ainda há lugares em plena época das tropas. Assim, nos afirma dona Maria:

Não só as tropas que vinham de lá (Mirantão), como de outros lugares. Que vinha de Alagoa, naquela época de Aiuruoca. Vinha tropa de Aiuruoca antigamente, hoje já não vem mais. Até Mauá vem, até Maringá vem, vem lá da Alagoa, Campo Belo, aqueles canto de lá até Maringá vem ainda, a tropa.

O transporte realizado por tropas teve grande importância para formação dos atuais centros urbanos, regionais. Ainda hoje, mesmo que de forma menos intensa, os tropeiros realizam intercâmbio dos produtos agrícolas e em vários aspectos da vida aonde resistem. O tropeirismo está vinculado aos diversos elementos que relacionam-se com a construção da identidade cultural e desenvolvimento dos habitantes da Serra da Mantiqueira.

O “universo do tropeirismo” pode ser dividido no que se refere à temporalidade e contingência - “tropeirismo clássico” e “tropeirismo residual”. O “tropeirismo clássico” foi desempenhado até o final do século XIX, quando passaram a sofrer as consequências da disseminação das ferrovias. Já o “tropeirismo residual” se verifica no século XXI, não estabelece dependência, é típico de lugares afastados e atua em uma lógica de mercado diferente do tropeirismo clássico (ALGATÃO, 2015). O objeto central refere-se aos tropeiros contemporâneos, ou seja, sujeitos autônomos, que habitam em lugares afastados dos centros urbanos e já não recebem mais tanto prestígio social.

A região estudada está localizada por volta de 1.000 metros de altitude, no estado de Minas Gerais, ao longo das divisas com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta

² A fim de preservar a privacidade dos interlocutores deste projeto, os nomes dos sujeitos citados ao longo do trabalho são fictícios.

zona é parcialmente cortada pelo Rio Aiuruoca, cujas nascentes localizam-se no município de Itamonte a uma altitude de aproximadamente 2.540 metros, na Serra da Mantiqueira, próximo ao Pico das Agulhas Negras.

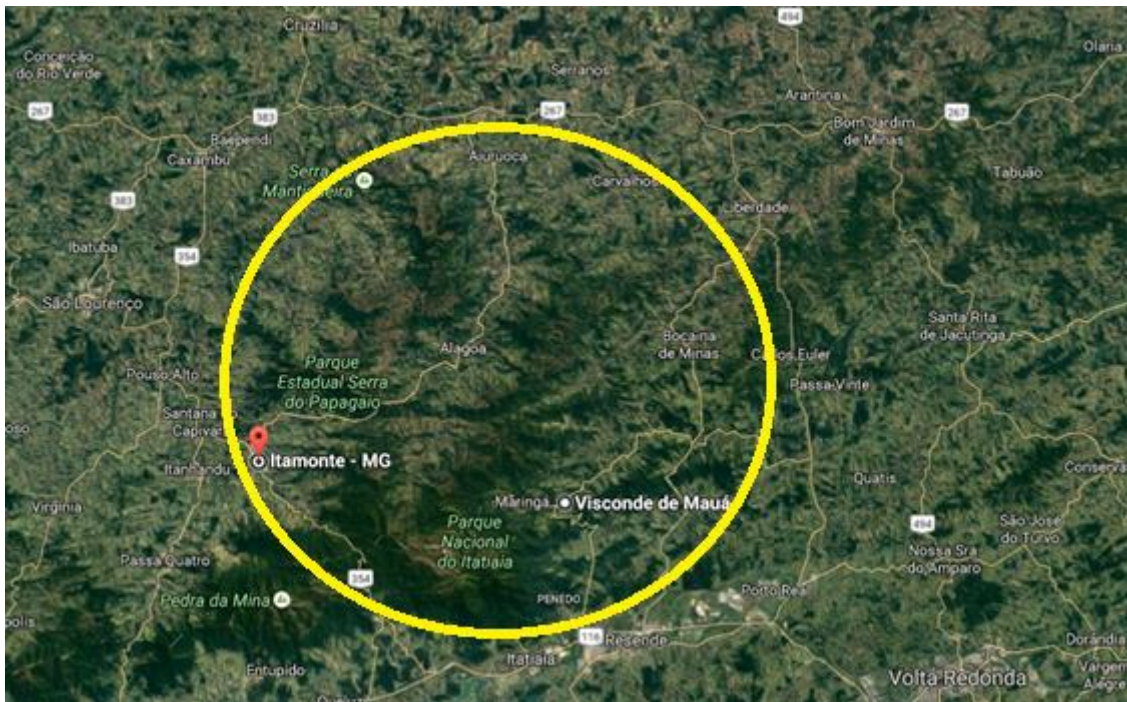


Figura 1: Imagem de satélite da região onde há ocorrência da prática tropeira em destaque
Fonte: Google Earth, 2017

Como podemos observar na Figura 1, a área está localizada no interior das Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira³, e entorno de duas importantes unidades de conservação de proteção integral da região: o Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e o Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP).

A região fica no alto da Serra da Mantiqueira e é reconhecida por ser um polo turístico estimulado pela abundância de rios, cachoeiras, bares, restaurantes e lojas de artesanato. Os tropeiros da região transportam queijos, ovos caipiras, mel e geleias para

³As áreas de proteção ambiental (APAs) foram criadas pela Lei 6.902 em 1981 com o objetivo de serem um instrumento mais adequado para a proteção do entorno de unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira foi criada pelo Decreto Federal nº 91.304, em 3 de junho de 1985, a APA envolve uma área total de 422.873 hectares, sendo, gerida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama). Disponível em: <<http://www.matutu.org.br>> Acesso em: 30 abr. 2018

comercializar com turistas e comerciantes de Visconde de Mauá. Durante algumas visitas percebi como as tropas de burro se contrastam com a presença das caminhonetes e carros importados, e chama atenção dos visitantes. A dicotomia entre o tradicional e o moderno, me provocou a compreender mais sobre o trabalho e vida desses sujeitos.

A atividade tropeira é realizada nos bairros rurais de Fragária e Serra Negra, ambos pertencentes ao município de Itamonte (MG). Essas localidades possuem terrenos acidentados, que dificulta o acesso, além de se encontrarem em regiões de preservação ambiental permanente onde é proibido a construção de estradas. Apesar de pertencerem a municípios com acesso à Via Dutra, o fato de estarem geograficamente afastadas, faz com que os moradores desses bairros rurais tenham mais dificuldade em acessar os benefícios do desenvolvimento econômico da região. Os moradores têm como alternativa a utilização de transporte por meio das tropas de burro. Estes homens cortam a serra com sua tropa carregada com produtos da terra (principalmente o queijo parmesão artesanal), fazendo sua jornada para comercializar na região de Visconde de Mauá, distrito de Resende (RJ).

A literatura estudada, indica que a prática tropeira passou por um processo de ressignificação tanto no campo simbólico quanto material, em função do papel que vem exercendo diante das transformações da sociedade. Já existem estudos que apontam que a atividade tropeira está inserida na economia local e contribui para diminuir as desigualdades econômicas e fomentar a geração de renda para os sujeitos envolvidos no processo⁴.

Seja no passado ou nos dias atuais, a prática tropeira é parte da cultura da Serra da Mantiqueira, pois esteve presente na gênese de ocupação do território e nos primeiros ciclos econômicos da região. Diante das transformações econômicas e sociais na região, o tropeirismo também se reconfigurou, por meio de seus elementos culturais simbólicos e materiais, às novas demandas de geração de renda.

Parte-se da perspectiva de análise do processo de geração de renda intrincada às potencialidades da atividade em contribuir ou não para o desenvolvimento socioeconômico, mas conscientes que essa atividade está atrelada à manifestações

⁴ Ver a dissertação de Filipe Cordeiro de Souza Cordeiro Alгатão (2015).

culturais, sejam elas materiais ou imateriais, e que não podem ser dissociadas quando analisadas.

Estratégias de geração de renda e o Desenvolvimento local

As estratégias de geração de renda indicam os modos de saber-fazer, os objetos técnicos, as dimensões subjetivas e materiais. O grau de impacto dessas técnicas afeta os projetos individuais e coletivos do processo de geração de renda e são delimitados por um sistema de imposições tecnológicas inseridas de maneira econômica e sociocultural (PIMENTA; MELLO, 2017). Faz-se necessário construir a narrativa sobre o tropeirismo contextualizada histórica e espacialmente para perceber as transformações econômicas, sociais e culturais que delinearão novas demandas que determinaram a construção de novas práticas e estratégias de geração de renda nos dias atuais.

Com já foi mencionado anteriormente, os tropeiros da Serra da Mantiqueira cuja produção é realizada nos bairros rurais de Itamonte (MG), vendem seus produtos na região de Visconde de Mauá (RJ). Antes de se destacar enquanto área turística, a atividade econômica mais relevante da região estava vinculada a produção agropecuária.

Segundo Guimarães (2013), durante a década de 1970, a região passou por um processo de deslocamento do eixo econômico das atividades de produção agrícolas para as atividades voltadas para o turismo. De acordo com o autor, os principais elementos que contribuíram para a consolidação do turismo na região foi a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1973, a construção e a ampliação da rodovia Presidente Dutra, em 1949, a criação da APA da Serra da Mantiqueira, em 1981, o crescimento recente urbano e industrial dos municípios que integram a região - Resende (RJ), Itatiaia (RJ) e Porto Real (RJ) - e a proximidade da região às cidades de Rio de Janeiro e São Paulo (GUIMARÃES, 2013).

Diante dessas transformações, o turismo tem sido apontado como um caminho na construção de estratégias de desenvolvimento local. A atividade turística constitui atualmente a maior fonte de geração de empregos e principal atividade econômica da região (ROCHA, 2005). No entanto, estudos apontam que esta estratégia possui limites, principalmente no que tange aos danos da atividade turística sobre o meio ambiente e

sobre as relações sócias das comunidades. Planejar o impacto resultante do turismo requer o compromisso dos setores públicos e privados e das populações locais. Tal planejamento deve ser projetado de modo que os efeitos negativos sejam eliminados ou minimizados, enquanto que os benefícios sociais do turismo para a comunidade sejam maximizados (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005).

Veja a seguir:

A manutenção da singularidade da cidade, do lugar e das coisas parece ser uma aposta mais sensata para o enfrentamento da padronização e da ênfase na necessidade de estruturação do turismo. Parece também ser uma posição madura para encaminhamentos do desenvolvimento local, o qual deve fazer oposição às práticas de crescimento econômico atreladas às mentalidades empresariais (PIMENTA, 2017, p. 165).

O desenvolvimento do turismo na região em que estão inseridos os tropeiros, possui limites e capacidade de contribuir para continuidade da prática. Se alicerçado na estruturação de um projeto de desenvolvimento voltado para as demandas locais, pautado por redes de solidariedade, coletivas e participativas, o turismo é capaz de constituir processos de geração de renda e impulsionar o apreço local, provocado pela valorização das singularidades dos bens locais (PIMENTA, 2017).

O turismo de determinada cidade ou região está integrado à cultura e aos elementos que a compõe. As políticas culturais promovidas pelo poder local, são importantes para que desenvolvimento deste turismo seja construído de modo a atender as demandas coletivas e evitar que este atenda exclusivamente as necessidades do mercado.

Na leitura dos elementos culturais reverbera-se um campo de ressignificação simbólicas concretas, não sem tensão, entre concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso, alteridades que aparecem na constituição do imaginário social das cidades visitadas. Dessas concepções emergem caracterizações e atores socioculturais que vislumbram os potenciais de turismo, pautados na cultura, no religioso, na história local, nos recursos naturais e patrimoniais de modo que torna-se pertinente questionar o desenvolvimento por meio dessas emergências (PIMENTA; PEREIRA, 2017, p. 153)

A individualidade, a competição e a concorrência passaram a ser condição fundamental para o crescimento econômico e para o desenvolvimento padronizador da sociedade contemporânea. Para enfrentar essas homogeneização socioculturais, políticas

e econômicas, faz-se necessário o fortalecimento de outras formas de desenvolvimento baseadas na cooperação, confiança, sustentabilidade e relações de pertencimento (PIMENTA; et al, 2017).

Em Pimenta (et al, 2017) pode-se observar que diversas outras práticas e saberes tradicionais, realizadas nos meios rurais, locais e dos pequenos centros urbanos reforçam as narrativas de desenvolvimento de base comunitária, em contraposição aos modelos de desenvolvimento das sociedades industriais, tecnológicas e informacionais contemporâneas.

Existem outras racionalidades sobre o trabalho, no qual se incorporam por meio das práticas do cotidiano, no ser, no viver, no sentir, no saber e no fazer, e que são capazes de gerar desenvolvimento e assegurar trabalho digno. Ou seja, o trabalho associado às relações culturais de onde é possível convergir as questões ligadas à “subjetividades, sociabilidades e solidariedades” O trabalho aparece aqui como prática em que se possibilita a construção e apropriação dos bens simbólicos e identitários (PIMENTA; MELLO, 2014).

Por serem sujeitos do campo, o trabalho e as práticas culturais dos tropeiros estão comprometidos com o território em que vivem, ou seja, em relação com a natureza, de onde inovam, produzem e se sociabilizam. Dito de outra forma, a prática tropeira insere-se, portanto fora da lógica capital *versus* trabalho, pois tem nos seus saberes e fazeres, adquiridos ao longo tempo, e no trabalho uma relação de reciprocidade com o território – ou a natureza. A prática tropeira está associada a uma forma de produção que se coloca como alternativa à produção industrial da empresa capitalista na medida em que propõe uma nova racionalidade trabalho *versus* território⁵.

Ao estudar o processo de uso e ocupação fundiária dos povos tradicionais no Brasil, Little (2002) aponta que a questão vai além da questão de redistribuição de terra e passa a remeter a problemática entrada nos processos de ocupação e afirmação territorial dentro do marco legal do Estado, as políticas de ordenamento e reconhecimento do território. Little trata da diversidade de conjunto de grupos humanos por meio da

⁵ Ver MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia M. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, G. M; BERGAMASCO, S. P. (orgs). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017

perspectiva do uso e ocupação da terra por uma perspectiva antropológica da territorialidade. (LITTLE, 2002, p 252).

Esse novo olhar analítico ou a renovação da teoria da territorialidade na antropologia parte de um enfoque que entende que o princípio territorial é parte complementar de todos os grupos humanos. O autor define territorialidade como o valor coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, transformar assim em seu “território”. Para Little, os códigos de territorialidade de um grupo social é um produto histórico, social e político. É necessário, portanto, uma contextualização histórica que trate do contexto específico a ser estudado (LITTLE, 2002, p. 254).

Woortmann (2018) aproxima-se da “ética camponesa”, que conduz uma ordem moral – forma de perceber as relações que os homens estabelecem entre si e a terra onde vivem -, a partir de uma etnografia brasileira do campesinato. A intenção do autor é compreender o a ideia de uma sociedade camponesa, mais do que suas lógicas de reprodução, mas a partir de suas subjetividades. Dessa forma, ele compreende a terra não como um objeto de seu trabalho ou uma mercadoria, mas como uma expressão de seus valores morais, algo representativo dentro de seu contexto ético. A terra passa a ser compreendida como um patrimônio familiar e a família enquanto valor. O território é compreendido pelo autor por meio de seus valores sociais, não da relação do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético (WOORTMANN, 2018, p. 12).

As práticas tropeiras são organizadas dentro de unidades domésticas, por meio de relações de reciprocidade e redistribuição. O trabalho doméstico de reprodução da prática tropeira é elementar para existência desses sujeitos material e subjetiva. Para esses grupos essas unidades domésticas garantem uma força produtiva importante, cujo objetivo é viver melhor. Dessa forma, as práticas de uma economia pautada em aspectos mais coletivos e comunitários aparecem como parte integrante dessa organização produtiva tropeira e são fundamentais para sua reprodução cultural e para a promoção do desenvolvimento de base local.

Conclusões

O conceito de desenvolvimento sob a perspectiva histórica e tradicional contempla aspectos exclusivamente econômicos. Contudo, os efeitos causados pelo avanço da industrialização e globalização levaram à necessidade de se refletir sobre o processo e o significado de desenvolvimento mais amplo, que supere aspecto econômico. Este novo enfoque paradigmático visa romper com a perspectiva tradicional economicista de compreensão dos valores de um mercado autorregulado que media as relações troca. Apreende-se aqui o desenvolvimento centralizado em uma plataforma sustentável e solidária. Defende-se uma concepção de economia plural em que a interdisciplinaridade se une aos saberes tradicionais dos tropeiros contemporâneos da Serra da Mantiqueira.

Compreende-se, portanto, que os sujeitos estudados reproduzem a prática tropeira como modo de resistência de sua cultura, mas, para, além disso, o trabalho do tropeiro representa a sua forma de adaptação ao seu meio natural e resistência à globalização e modernidade. Utilizando o animal e os produtos agropecuários que são fruto direto de seu trabalho de transformação do meio em que vive, os tropeiros contemporâneos reinventam suas práticas e os valores simbólicos que delas emergem. O trabalho que envolve a prática tropeira e o universo simbólico que o compõe, sugere que outras formas de produção e comercialização são possíveis. Às suas práticas e ao seu trabalho, são atribuídos valores simbólicos, morais, que conferem aos seus produtos não apenas o valor de mercado, mas também valores sentimentais e morais ligados à memória.

O cenário de sobrevivência atual do tropeirismo acontece em localidades rurais, afastada dos centros urbanos. Nos dias atuais, a atividade tropeira pode se configurar como uma maneira de se inserir no mercado por meio do turismo local. Acredita-se que a prática, que se constituiu como fundamental para construção de uma alternativa ao modelo de mercado e consumo hegemônico.

Parte-se da perspectiva que é necessário pensar a organização produtiva tropeira, como alternativa ao modelo de mercado capitalista global. Sugere-se que os saberes tradicionais tropeiros são narrativas que se deslocam do modelo hegemônico e se configuram em um outra configuração econômica, capaz de integrar a dimensão simbólica, cultural dos saberes e fazeres.

Referências Bibliográficas

- ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. **Os tropeiros no século XXI e o sentido contemporâneo dessa atividade: estudos de caso em duas localidades no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira**. 2015. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto de Ciências Sociais, São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, Aluísio. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins: Ed. Da Universidade Federal de Pelota, 1981.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chis; RUHANEN, Lisa. The Positive and Negative Impacts of Tourism. In: THEOBALD, William F. (org.). **Global Tourism**. 3 ed. Burlington: Elsevier In., 2005.
- BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: _____(Org). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-25.
- FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4º ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GUIMARÃES, A. A. S. Da Agropecuária ao Turismo: As Transformações no Espaço Rural de Visconde de Mauá-RJ. In: **EGAL - 14º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2013, Lima. Anais do 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. As “coisas de minas”: questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; PEREIRA, Samanta Borges (org.). **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre: CirKula, 2017.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; DA SILVA MELLO, Adilson. Entre doces, palhas e fibras: experiências populares de geração de renda em cidades de pequeno porte no sul de Minas Gerais. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 20, maio 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235507/28494>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3 (número especial), p. 44-66, 2014.

PIMENTA; PEREIRA; BELLEZE; PEREIRA. OUTRAS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO: o uso de documentários na crítica ao modelo de desenvolvimento competitivo global. **Revista Ciências Humanas e Desenvolvimento Humano – UNITAU**. UNITAU, Taubaté/SP – Brasil, v. 10, ed. 20, dez. 2017.

ROCHA, M. M. F. **Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Itatiaia – RJ**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/MMFRocha.pdf>> Acesso em 30 mai. 2018.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”. **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 26 jan. 2018.